

Sessão Solene comemorativa do 43º Aniversário

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, José Alberto Azeredo Lopes

O Estado português não poderá nunca devolver aquilo que tantos militares perderam ao serviço do País, em conflitos armados (como na guerra colonial) ou em situações similares de campanha. Mas o Estado pode e deve estabelecer como uma das suas grandes prioridades as políticas de proteção e justa compensação dos deficientes das Forças Armadas. É por isso que me encontro aqui hoje, convicto que estou deste imperativo jurídico, político e moral e, com especial gosto, me associo a esta festa no 43.º aniversário da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Não há soluções integrais para as sequelas permanentes com que estes homens e as suas famílias têm de lidar diariamente, ano após ano. Por isso, compete-nos, antes de mais, agradecer os serviços prestados a Portugal por estes militares. Compete-nos agradecer mas também reconhecer verdadeiramente as adversidades e os sacrifícios vividos, e garantir que esta é uma memória coletiva recente que não podemos deixar cair no olvido.

Ao mesmo tempo, é nossa obrigação construir políticas públicas cada vez mais eficazes para a justa proteção dos deficientes das Forças Armadas, ainda que com a máxima eficiência dos recursos a tal afetados. Nessa perspetiva, impõe-se uma atenção muito especial aos deficientes militares, na procura de sinergias com outras organizações e buscando novas possibilidades para problemas quantas vezes já antigos e para os quais a passagem do tempo dificilmente será solução. Ao contrário, e como é sabido, em certas situações o decurso do tempo complica e agrava.

Daí, procurarmos ouvir, apreciar e analisar o que nos vem sendo colocado pelas várias organizações ligadas aos Deficientes e, é justo reconhecê-lo, sobretudo por esta Associação. Na assistência médica, medicamentosa e no apoio social, na atribuição de uma pensão digna e no reconhecimento ao nível da obrigação fiscal, no apoio sólido à Associação

dos Deficientes das Forças Armadas (parceiro importante do Ministério da Defesa Nacional na definição da política para os deficientes militares), o regime democrático tem procurado tratar os deficientes das Forças Armadas com empenho e constância, numa evolução que o tempo tem consolidado.

Mas, não esqueçamos. Assumo-o com humildade democrática e descomplexada: sem a ação empenhada e esclarecida da ADFA, muito do que até hoje foi conseguido não teria provavelmente sido alcançado, ou tê-lo-ia sido mais tarde e com menor qualidade. Esta associação constitui um exemplo de responsabilidade e de afirmação de cidadania e do associativismo que responde a necessidades humanas tão prementes como as que estão em causa no universo dos deficientes militares. Pioneira na democracia portuguesa, com um papel relevante na defesa dos direitos dos deficientes militares, a ADFA orgulha Portugal.

Quero, por conseguinte, deixar uma palavra muito especial de agradecimento aos dirigentes e, muito particularmente, aos fundadores da ADFA, jovens que, no início da sua vida adulta, sofreram perdas terríveis e irreversíveis.

Apesar disso, confrontados com um sofrimento tão íntimo e profundo mas também plenamente conscientes da sua dignidade, do seu direito à reabilitação e à integração na sociedade, estes homens construíram esta Associação, uma obra exemplar que tem sido capaz de auxiliar e melhorar a vida de dezenas de milhares de portugueses.

O XXI Governo Constitucional definiu no seu Programa o compromisso de estabilizar o enquadramento estatutário dos militares, reconhecendo a especificidade da sua condição, em particular a dos deficientes das Forças Armadas. Esse compromisso manifesta-se na implementação e execução de medidas concretas que resultam de um trabalho empenhado e dedicado dos diversos setores da Defesa Nacional, com a preciosa colaboração da ADFA, cujos

conhecimentos e cujas experiências acrescentam valor às nossas ações.

Enumerarei algumas dessas medidas, a começar pelo Manual do Processo de Qualificação como Deficiente das Forças Armadas para Antigos Combatentes, no âmbito do Projeto de Redesenho do Processo de Qualificação como Deficientes das Forças Armadas. Este manual integra, de uma forma clara e simples, não só os passos, as tarefas, as formalidades e as competências de decisão, mas também informação útil a requerentes e entidades responsáveis.

Uma outra medida consiste na criação do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar, que permitirá recolher, organizar, produzir e divulgar conhecimento disperso sobre a temática do stress em contexto militar. Neste momento, estão praticamente finalizados os protocolos de Cooperação Científica com a Academia (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais/ Universidade Nova, Centro de Estudos Sociais/UCoimbra, Escola de Psicologia/UMinho, Centro ISCTE).

Destaco também o Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares, cujo objetivo fundamental é o de promover a saúde, a qualidade de vida, a autonomia e o envelhecimento bem-sucedido dos deficientes militares, particularmente dos grandes deficientes. Este Plano, que previne a dependência, a precariedade, o isolamento e a exclusão, apoiou já 414 deficientes militares.

Outra medida é o novo Regulamento do Lar da Cruz Vermelha Portuguesa, homologado no início deste ano. Tratou-se de proceder à regulamentação da utilização do Lar da Cruz Vermelha, para, otimizando a gestão do Lar e melhorando a prestação de serviços e de cuidados, garantir mais bem-estar aos deficientes militares.

Saliento, ainda, os trabalhos da Equipa de Projeto que está a elaborar a proposta de Carta Magna dos Deficientes Militares. Pretende-se, com esta Carta, reconhecer, num único instrumento legal, um conjunto de direitos já con-



sagrados, aos quais importa conferir um estatuto reforçado que garanta o fácil acesso e conhecimento, não só para os deficientes, mas também para as suas famílias. Os trabalhos em curso, estou certo, conduzirão a uma solução consensual entre todos os intervenientes do projeto. Chega desta enumeração, porque não os quero maçar e concludo.

Minhas senhoras e meus senhores, Estou atento e determinado na causa dos deficientes das Forças Armadas, que é justa e dever básico de um Estado responsável. Continuaremos a desenvolver todos os esforços para garantir os vossos direitos (os direitos de quem tanto perdeu, direi) e para responder às preocupações que nos transmitem, em diálogo com esta

nobre Associação que muito justamente celebra hoje mais um aniversário. Esta perspetiva de proximidade com os cidadãos e a sociedade civil é a função do Estado justo e democrático que defendemos. Um Estado que não exclui ninguém, um Estado ao serviço de todos e que conta com todos. Quero, por isso, dizer-vos que contando convosco quero também que contem com o Ministro e com toda a Defesa Nacional para, em conjunto, progredir, aprofundar onde for possível os apoios e melhorar o que sendo existente ainda não é suficiente, às vezes por falta de eficiência. Vamos atingir estes objetivos, estou certo. Sabendo sempre que, convosco, melhor protegeremos os Deficientes das Forças Armadas. Muito obrigado.